

Repercussões da Revolução dos Cravos

Em 25 de abril de 1974, caía em Portugal a mais antiga das ditaduras europeias, através de um movimento articulado essencialmente pela oficialidade mais jovem das Forças Armadas portuguesas e por setores mais “liberais” da elite militar, dando início a um período marcado por intensas agitações políticas e sociais. Este quadro foi determinante para que, em um momento de recrudescimento da Guerra Fria, os olhos do mundo se voltassem para Portugal e para suas ex-colônias, fazendo com que estas áreas passassem a desempenhar um papel de extrema importância nos cálculos políticos das grandes potências dentro da arena internacional.

Palavras-chave: Portugal; Revolução dos Cravos; Descolonização da África Portuguesa; Relações Internacionais; Guerra Fria.



Repercussions of The Carnation Revolution

On April 25, 1974, the most ancient European dictatorship fell, due to an articulated movement especially made the young officials Portuguese Army and the most “liberal” sectors of the military elite, which initiated a moment of political and social turmoil. At a moment of Cold War worsening, it helped bring the world’s attention to Portugal and its former colonies. Thus, those areas started to have a very important role in the political calculations of the Great Powers in the international arena.

Key words: Portugal; Carnation Revolution; Portuguese Africa decolonization; International Relations; Cold War.

Adriano de Freixo: Professor do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense.

[...] E se de repente Karl Marx ressuscitasse/ e os agentes de produção voltassem a chamar-se/capitalistas e proletários? E se esta ordem/desordenada/virasse toda do avesso? Mas/o muro caiu/ oiço dizer todos os dias./E um japonês chamado Fukuyama/ (talvez com medo de não morrer na cama)/pôs um ponto final na História. Fim./ A partir de agora é só sondagem imagem sacanagem./Gosto amargo do mundo/bebe-se um trago e fica um travo./Se a História é interdita e não nos resta sequer a escrita/que farei eu com este cravo? (ALEGRE, 1999, p.5).

1 INTRODUÇÃO

Situado na periferia da Europa Ocidental, com pequenas dimensões territoriais e escassos recursos econômicos, Portugal estava longe de ser o centro das preocupações das grandes potências, durante a década de 1960 ou no início da década seguinte. Desde os anos finais da década de 1920, o pequeno país estava sob um regime autoritário, que sobreviveu à onda redemocratizante do pós-Segunda Guerra – assim como a ditadura franquista, na vizinha Espanha – e que conseguia manter relativa estabilidade política interna. No âmbito internacional, a inserção de Portugal foi marcada por uma postura de certo isolamento, sobretudo a partir do final dos anos 1950, devido essencialmente à condenação da Comunidade Internacional à política colonialista portuguesa, que surge como decorrência da intensificação do processo de descolonização afro-asiática e do apoio das duas superpotências (EUA e URSS) ao mencionado processo.

Porém, mesmo sofrendo esta condenação formal das maiores potências (incluindo-se aí os EUA e os países do bloco ocidental ao qual se alinhava), o Estado português conseguia fazer valer seus interesses nos principais organismos internacionais – garantindo, inclusive, certa tolerância para com a manutenção do seu império colonial –, bem como relativizar seu isolamento político. Isto ocorria em virtude de duas questões centrais:

1. A habilidade política do ditador António de Oliveira Salazar em aproveitar-se do clima da Guerra Fria, graças ao forte conteúdo anticomunista do regime português, e a posse por Portugal de algumas áreas bastante interessantes do ponto de vista estratégico, como o arquipélago dos Açores – que possuía uma importante base aérea utilizada pelos EUA

em diversas ocasiões – e Angola e Moçambique que, por conta das suas localizações geográficas privilegiadas, desempenhavam papel de certo destaque na defesa dos interesses dos EUA e dos seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no Atlântico Sul e no Índico. Por conta disto, a entrada de Portugal naquela organização deu-se sem maiores problemas, apesar do regime salazarista ainda trazer à boa parte dos governos democráticos e da opinião pública da Europa Ocidental a lembrança dos velhos regimes fascistas derrubados com a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial;

2. A debilidade econômica de Portugal o tornava econômica e tecnicamente incapacitado para aproveitar plenamente, e de forma lucrativa, os imensos recursos existentes em suas colônias. Isto fez com que estas se tornassem áreas de especial interesse para o capital internacional, notadamente a partir dos anos 1950. Assim, com pouca disponibilidade de capitais para investir, Portugal abriu seus domínios ultramarinos para que companhias estrangeiras – europeias, norte-americanas e mesmo sul-africanas – investissem na produção e na infraestrutura, assumindo desta forma papel secundário em suas próprias colônias. Tal postura definiu um modelo de “colonialismo dependente” e configurou aquilo que o historiador inglês Perry Anderson, em uma obra escrita em meados da década de 1960, caracterizou como uma espécie de “condomínio encoberto”, onde os interesses das empresas transnacionais articulavam-se com os do Estado e os do próprio empresariado português (ANDERSON, 1966).

Assim, as motivações geopolíticas e estratégicas da Guerra Fria, combinadas com a atuação das grandes empresas transnacionais nas colônias da África Portuguesa, fizeram com que o discurso do “orgulhosamente sós” preconizado por Salazar fosse muito mais um exercício de retórica do que uma prática concreta.

No entanto, as aparentes tranquilidade e estabilidade de Portugal seriam quebradas, em meados da década de 1970, com o desencadear de um processo revolucionário – iniciado com uma intervenção militar em 25 de abril de 1974 que pôs fim ao longo período ditatorial e acelerou a dissolução do último grande império colonial. Tais acontecimentos fizeram com que aquele pequeno Estado periférico do extremo-oeste da Eu-

ropa, em plena *détente*, se tornasse uma peça extremamente importante no tabuleiro da Guerra Fria. Como assinalou o historiador Birmingham (1998, p.231):

Enquanto a Revolução [...] evoluía, o mundo observava com esperanças e preocupação. Os círculos diplomáticos haviam sido apanhados de surpresa pela queda da oligarquia que tentara manter as tradições do velho ditador Salazar. Os serviços secretos não estavam melhor informados e a CIA norte-americana parecia até acreditar na sua própria propaganda, que afirmava que Portugal estava a ganhar a guerra colonial em Moçambique.

Da surpresa inicial dos EUA e dos seus aliados europeus à possibilidade de uma surpreendente – mas não improvável – intervenção militar norte-americana em um país da Europa Ocidental ou da reação cautelosa da URSS à esperança soviética de que o Partido Comunista Português pudesse assumir as rédeas do processo revolucionário, múltiplas perspectivas se apresentaram para a sociedade portuguesa entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975. Assim, são estas as questões que pretendemos analisar ao longo deste artigo, procurando compreender, portanto, de que forma os eventos de 1974 e 1975, em Portugal e na África, impactaram a política internacional do período e fizeram com que a velha Ibéria – já que a revolução portuguesa também teve grandes repercussões na Espanha – passasse a estar no centro das preocupações das duas superpotências e dos seus principais aliados.

2 OS CRAVOS DE ABRIL: O “MOVIMENTO DOS CAPITÃES” E O FIM DO ESTADO NOVO

Em fins de abril de 1974, o mundo surpreendeu-se com a notícia de que a quase cinquentenária ditadura portuguesa chegava ao fim, ironicamente, de forma parecida com a que se iniciou – através de uma intervenção militar – embora com sentido diferente. Como assinala Carriho (1994, p.39), a intervenção de 28 de maio de 1926 caracterizou-se pelo discurso da necessidade da “imposição da ordem e corte das liberdades”; já a de 25 de abril caracterizou-se pela “libertação e corte com a ordem autoritária”.

Na verdade, o Estado Novo vivenciava um quadro de instabilidade política desde 1968, com a subida ao poder de Marcello Caetano, devido ao afastamento por doença de Salazar e o seu posterior falecimento (1970). A ascensão do novo “homem-forte” do regime salazarista acendeu as esperanças dos setores liberais portugueses na realização de reformas políticas e econômicas que levassem à liberalização do regime e à modernização de Portugal. Porém, quaisquer que fossem as intenções de Caetano, sua posição “ficou limitada desde o princípio pela presença no regime de poderosos elementos empenhados na continuação da política de Salazar, particularmente em relação à África, tanto no governo como entre os militares”. (MACQUEEN, 1998, p.91). Desta forma, as esperanças do retorno de algumas liberdades democráticas foram logo frustradas.

Também faltava a Caetano a habilidade política do seu antecessor em articular os interesses distintos dos setores que davam sustentação ao regime, quer internamente quer externamente. Com isto, apesar de tentar manter uma imagem reformista, a indefinição e a indecisão características do seu governo acabam tanto desagradando aos setores mais liberais quanto gerando a desconfiança dos setores mais à direita.

Além desses problemas de cunho eminentemente político, o próprio desenvolvimento da economia portuguesa no decorrer dos anos 1960 – com a entrada maciça de investimentos estrangeiros aproveitando-se das vantagens oferecidas pelo regime (inexistência de sindicatos livres, baixos salários) e a internacionalização das velhas empresas oligárquicas, que até então atuavam basicamente em Portugal e nas colônias, e que passaram a investir em novas áreas como o Brasil, os EUA e a Europa – contribuiu para aumentar as contradições internas do regime e enfraquecer sua base de apoio. Isto ocorreu porque importantes setores da elite portuguesa passaram a ter a percepção de que o modelo político e econômico do Estado Novo limitava as possibilidades de crescimento do país e da sua integração no mercado internacional. Ademais, a Guerra de Independência das colônias portuguesas na África, que havia se iniciado no começo daquela década, impedia o avanço – tanto no plano econômico quanto no político – das reformas modernizantes, indispensáveis ao desenvolvimento de Portugal. Assim, às vésperas da Revolução dos Cravos, o “crescimento econômico do País, processado a um ritmo sem precedentes em sua história, sobretudo desde os finais dos anos 50, esgota-

va as suas potencialidades, pelo menos nas condições políticas e econômicas existentes”. (MATTOSO, [19—], p.500).

Ao mesmo tempo, o crescimento da economia portuguesa se deu de forma excludente, não trazendo mudanças significativas na situação social da maior parte da população portuguesa. De acordo com o historiador português José Tengarrinha, estas transformações na economia “se traduziram no crescimento do setor secundário (indústrias transformadoras e construção), diminuição dos ativos agrícolas e aumento dos trabalhadores de serviços e do terciário em geral, num processo de crescimento anômalo que não eliminava – antes, até, nalguns aspectos agravava – o subdesenvolvimento social”. (TENGARRILHA, 1999, p.272). Os claros limites deste modelo econômico fazem com que, já no final da década de 1960, se delinee um quadro bastante negativo para a economia portuguesa, a se agravar com a crise mundial do petróleo e a consequente desvalorização do escudo, em 1973.

Todas estas questões contribuíram para a crise do Estado Novo e para a sua derrubada pela Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974. Este movimento, levado a cabo pela oficialidade jovem das Forças Armadas e por setores mais “liberais” da elite militar portuguesa, pôs fim aos quase cinquenta anos de ditadura em Portugal de forma rápida e inesperada, causando profundo impacto em âmbito internacional. A articulação de boa parte das Forças Armadas contra o regime salazarista-caetanista dá-se a partir de algumas questões específicas dos militares, como o cansaço da guerra colonial entre os oficiais e a alteração das regras de acesso à carreira militar, questões estas que levaram à formação do Movimento das Forças Armadas (MFA), estruturado fundamentalmente entre a oficialidade mais jovem.

Porém, na própria cúpula da elite militar começam a surgir vozes dissonantes em relação ao regime, como as dos generais Costa Gomes e Antônio de Spínola, duas das mais importantes figuras da hierarquia militar portuguesa. O general Spínola, comandante-chefe da Guiné Portuguesa, lançou em fevereiro de 1974, com a anuência de Costa Gomes, chefe do Estado-Maior e seu superior imediato, o livro “Portugal e o futuro”, onde, analisando a situação de Portugal, defendia a ideia segundo a qual a questão colonial não tinha solução militar possível e de que somente a autonomia progressiva das colônias e o reconhecimento dos direitos dos

povos africanos à autodeterminação poderiam resolver o impasse gerado pelas guerras coloniais. Para ele, o caminho para a quebra do isolamento português no cenário internacional passava pela solução do problema colonial, com a formação de uma espécie de *commonwealth* portuguesa, fazendo com que as colônias permanecessem ligadas a Portugal através desta Federação de Estados Autônomos.

A publicação de “Portugal e o futuro” foi considerada um desafio público ao regime, pois colocava em xeque as bases do sistema salazarista. Desta forma, a repercussão do livro na sociedade portuguesa e o mal-estar gerado pelas demissões de Costa Gomes e Spínola contribuíram, sem dúvida, para acelerar a organização do golpe que derrubaria Marcelo Caetano. Assim, pouco depois da meia-noite do dia 25 de abril de 1974, a Rádio Renascença, de Lisboa, tocou a canção “Grândola, Vila Morena”, do compositor José Afonso: era a senha para o início da revolta que mudaria os rumos de Portugal, e que nos primeiros dias foi chamada de “Revolta dos Capitães”, para em seguida receber o nome de “Revolução dos Cravos”, a flor típica do mês de abril em Portugal. Depois de quase cinco décadas, chegava ao fim uma das mais obscuras ditaduras da história europeia.

Indiscutivelmente, o prolongamento da guerra colonial foi o grande responsável pela politização e, por que não dizer, “esquerdização” do Movimento das Forças Armadas, afastando-o do seu caráter corporativo inicial. A noção de que a guerra colonial só poderia ser resolvida através de uma solução política e a percepção de que o governo não aceitaria esta solução fizeram com que crescesse entre os “capitães” a ideia de que o conflito só teria fim com a deposição deste governo, como assinalou o próprio general Costa Gomes (apud FERREIRA, 2000, p.339):

O que tornou inevitável a revolta do 25 de abril foi a necessidade de resolver o problema da guerra em África. As reivindicações dos oficiais do Quadro Permanente foram quase na totalidade satisfeitas... o problema colonial era, não só o mais importante, como aquele que os oficiais conheciam melhor, tendo certamente chegado à conclusão de que só poderia ser solucionado depois de derrubar o regime então existente.

Isto fica claro no Programa do MFA (2001), divulgado logo após o sucesso do golpe, que em sua introdução afirma: “Ao fim de 13 anos de

lutas em terras do ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objetivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os portugueses de todas as raças e credos". Tais questões acabaram levando à eclosão do Movimento dos Capitães e à derrubada da cinquentenária ditadura salazarista:

No dia 25 de abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, de jovens oficiais, derrubava a ditadura de mais de meio século de existência. Pregava a democracia e o fim do colonialismo. Assim, comenta um africano, "o povo português era o primeiro a ser libertado em grande parte graças à luta heróica dos guerrilheiros africanos". O exército colonial, sentindo-se derrotado, volta as suas armas contra a Metrópole e dá uma primeira oportunidade a seu povo de conquistar a sua própria libertação (LINHARES, 1981, p.104).

Desta maneira, a instituição militar, um dos sustentáculos do velho regime, foi a responsável pelo movimento que determinou o seu fim. Tal fato vai ser de fundamental importância para a recomposição das relações entre a sociedade civil e as Forças Armadas, que até então eram vistas por aquela como um instrumento do regime ditatorial. Note-se, no entanto, a articulação do golpe se deu, exclusivamente, dentro da esfera do MFA, sem nenhuma dependência em relação a superiores hierárquicos, como os generais Spínola ou Costa Gomes. O MFA só precisava da "proteção de seus chefes, da cobertura política do seu prestígio, mas não de seu comando hierárquico". (MATTOSO, [19—], p.558).

A entrada em cena do general Spínola, durante a "Revolta dos Capitães", acontece no momento da renúncia do primeiro ministro Marcello Caetano. O chefe de governo português impôs como condição para se render aos revoltosos a transferência do poder para o general, o qual, por sua vez, só aceitou a essa exigência depois de obter, por parte do MFA, a garantia de apoio total. Feito isso, as negociações chegaram a termo e Caetano e o Presidente da República, Américo Tomás, partiram para o exílio, terminando assim, sem grandes resistências, o longo e obscurantista Estado Novo.

O período que se seguiu à Revolução de Abril foi marcado por intensas agitações políticas e sociais – porquanto, diversos projetos políticos e concepções distintas de sociedade confrontavam-se no confuso cenário político português – com o processo revolucionário passando por mar-

chas e contramarchas, como assinala Birmingham (1998, p.222):

Durante mais de um ano, a Revolução de Abril desenrolou-se de forma espetacular, até ser detida por um contra-golpe (em 25 de novembro de 1974) e, depois, substituída por um regime democrático sob uma ligeira supervisão militar.

Porém, nos meses seguintes ao 25 de Abril, Portugal parecia viver em uma grande festa. O jornalista e político brasileiro, Márcio Moreira Alves, confirma esta impressão ao afirmar:

Durante um ano e meio Portugal viveu uma festa desordenada, com dezenas de grupos políticos brigando por todos os espaços possíveis, desde os centros de trabalho até a Assembléia da República, passando pelas universidades, onde muitos de nós, exilados brasileiros, encontramos trabalho (ALVES, 1999).¹

Esta ideia de “festa” também aparece em outros autores como Maxwell (1999, p.78-79) que descreve este momento de maneira quase poética:

Durante o verão quente e o outono prematuro de 1974, contudo, criou-se a ideia de Portugal como um palco caleidoscópico de política, aberto depois de 50 anos sem expressão política. As relações diplomáticas com a Rússia foram restabelecidas pela primeira vez desde a Revolução bolchevique de 1917. A experiência ideológica do século XX foi comprimida em nove meses. As listas de venda de livros incluíam as “Teses de Abril” de Lenine ou os poemas do líder nacionalista angolano, Agostinho Neto. Havia manifestações e protestos, onde, anteriormente, um encontro de qualquer grupo político teria sido objeto de ataques brutais da polícia. Para a radiosa juventude de blue jeans impecavelmente lavados, este período foi uma oportunidade para passar horas “pregadas” no que quer que fosse, ou em quem quer que fosse, que estivesse disponível. Homossexuais revolucionários juntaram-se aos anarquistas. Entusiastas da Revolução acorreram a Lisboa enquanto o ambiente foi favorável. Famílias de classe média estacionavam o carro onde lhes apetecia. Vendedores ambulantes inundavam o Rossio, a baixa elegante de Lisboa, exibindo as suas mercadorias junto à estação do metropolitano em frente à Pastelaria Suíça. Por fim, até chegou “Hair”, com o “elenco inglês original”. Substituíu um “festival sexy internacional” no Teatro Monumental, uma produção com alemãs louras nuas com botas de couro negro, denunciada pelo Partido Comunista Português (PCP) como mais uma “golpada da CIA”. No que teve de pior, Portugal depois do golpe parecia um pedregulho subitamente revirado a revelar milhares de insectos que se agitavam freneticamente sob a luz. No seu melhor, Portugal era um jardim de folhagem frágil, brilhante e emaranhada.

Somente em 1976, com a promulgação de uma nova constituição, politicamente bastante avançada, e com a eleição de Ramalho Eanes para a Presidência da República, as instituições democráticas começaram a consolidar-se. Porém, se por um lado Portugal foi conseguindo se estabilizar politicamente, por outro o país passava por sérios problemas econômicos: uma reforma agrária mal-executada gerou uma queda brutal na produção de alimentos e o aumento das importações fez com que a dívida externa atingisse níveis altíssimos. Além disto, a independência das colônias, em 1975 – que determinou a perda de importantes fontes de matérias-primas e que ocasionou o regresso de mais de 800 mil colonos – fez com que os graves problemas sociais do país se agravassem. De qualquer forma, a democracia liberal consolidou-se em Portugal, depois das agitações e indefinições do período inicial do processo revolucionário, enterrando alguns sonhos de mudanças radicais que irromperam no país após o 25 de Abril:

A Revolução dos Cravos demonstrou que muitos sonhos despertados em 1974-1975 se desfizeram ou foram adiados. Sonhos de quem? Certamente das vanguardas de sempre. Dos “enragés” de todos os tempos. A revolução pretendeu abalar seriamente algumas estruturas políticas, econômicas e sociais do país. Porém, e seja isso pequeno ou grande, levou a cabo aquilo que teria de ser feito: a proclamação dos ideais do liberalismo e do republicanismo. Os capitães alteraram, mas não revolucionaram (SECCO, 2004, p. 177).

De fato, em 25 de novembro de 1975, uma nova intervenção militar apoiada pelas forças políticas moderadas havia posto fim a um intenso período de agitações e de disputas entre diferentes projetos políticos, derrotando os setores mais à esquerda – inclusive a ala mais radical das Forças Armadas – e abrindo caminho para a consolidação de um regime democrático alinhado com o bloco ocidental. Portugal iniciava assim o seu retorno aos braços da Europa, que se concretizou, definitivamente, com a aceitação do país como membro pleno da Comunidade Econômica Europeia, em 1986.

3 OS OLHOS DO MUNDO SOBRE PORTUGAL: AS GRANDES POTÊNCIAS E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO PORTUGUÊS

Mas naquele mês de abril de 1974 – e nos meses subsequentes –, os olhos do mundo voltaram-se para Portugal. O processo político que se desenrolava naquele país causava nervosismo em Washington e certa excitação em Moscou, em um momento de recrudescimento da Guerra Fria. Da surpresa inicial, os EUA partiram para a tomada de uma série de iniciativas no intuito de impedir que Portugal se tornasse mais uma área de influência de Moscou e que, além disso, os acontecimentos lá ocorridos tivessem repercussões na vizinha Espanha, contribuindo para a derrocada da ditadura franquista, quase tão antiga quanto a salazarista.

De qualquer forma, a presença de Spínola e de outros elementos conservadores na Junta de Salvação Nacional e no Governo Provisório, a se estabelecerem após o 25 de Abril, fez com que a maior parte dos países com os quais Portugal mantinha relações diplomáticas reconhecesse, quase de imediato, o novo poder político instaurado no país. Como assinala Ferreira (1994, p.69):

O Brasil fizera-o a 27, a África do Sul a 28, a Espanha, os EUA e a República Federal da Alemanha declaram manter inalteráveis as suas relações com Portugal, no dia seguinte. E o Reino Unido, após consultas aos países membros da CEE, da OTAN e da *Commonwealth*, anuncia, a 3 de maio, ter reconhecido o novo regime de Lisboa.

Ao mesmo tempo, inicia-se o processo de restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS e com os demais países do bloco socialista. Naquele momento, as maiores dificuldades diplomáticas encontradas pelo novo governo foram com os países do Terceiro Mundo, por causa do problema da descolonização, pois esta questão aparecia de forma vaga no programa do MFA e, entre os diversos setores que compunham o Governo Provisório não havia uma opinião consensual sobre este tema. Segundo a importância desta questão permite afirmar, toda a política das grandes potências para Portugal, naquele momento, passava por ela.

A URSS adotou uma política cautelosa em relação ao cenário português, assumindo posições de acordo com cada situação, muitas vezes

sem primar pela coerência. Como assinala um especialista no tema, Rainer Eisfield, os soviéticos “não desejando pôr em risco a *détente*, preferiram tomar uma posição que já foi caracterizada como operação essencialmente de baixo risco e investimento limitado.” (FERREIRA, 1994, p.73). Porém, em determinados momentos, pareceu claro que a URSS incentivava abertamente o Partido Comunista Português a firmar uma aliança com os setores esquerdistas do MFA, para o estabelecimento de um governo nacionalista e desenvolvimentista, nos moldes da Turquia de Kemal Atatürk, visando o acúmulo de forças para uma possível tomada do poder pelos comunistas. Sendo isto verdade ou não, era esta a percepção inicial nos EUA e em alguns dos seus aliados, como se pode notar nos seguintes depoimentos:

Não há nada a acontecer hoje no mundo – nem no Sudeste Asiático, nem mesmo no Médio Oriente – que tenha metade da importância e seja mais ameaçador que o avanço comunista para o poder em Portugal (Senador James Buckley, 1975). Portugal começa a parecer-se com o elemento oscilante numa nova teoria do domínio, fazendo prever que toda a costa norte do Mediterrâneo possa tornar-se vermelha num futuro não muito distante (Howard Wiarda, jan. 1975) (MAXWELL, 1999, p.128).

Ao mesmo tempo, em diversos momentos, a URSS dava sinais de que sua grande preocupação ao longo de todos esses acontecimentos era a de obter ganhos no processo de descolonização da África Portuguesa. Neste sentido, não é exagero dizer que o que ocorria em Lisboa só interessava aos soviéticos, na medida em que estes eventos pudessem afetar, de alguma maneira, os interesses russos naquele império colonial em processo de dissolução.

Os países da Europa Ocidental, boa parte deles com governos no campo político da social-democracia, assumiram claramente uma postura de apoio ao estabelecimento de uma democracia pluralista em Portugal e não esconderam, em nenhum momento, sua preocupação com a movimentação de setores do MFA, dos comunistas e da esquerda radical em direção a outros caminhos. Neste sentido, a Internacional Socialista firma uma política de claro apoio a Mário Soares e ao Partido Socialista, para o estabelecimento de uma política de centro em Portugal, impedindo a radicalização do processo político português. Após o episódio do 25

de novembro de 1975 – no qual uma insurreição militar esquerdista foi esmagada pelas forças anticomunistas – e as eleições de abril de 1976, em que o Partido Comunista e demais grupos de esquerda foram fragorosamente derrotados – e onde a esquerda democrática e o centro obtiveram a maioria dos votos – Portugal deixou de lado o “terceiro-mundismo” que caracterizou sua política externa entre 1974 e 1976, e orientou-se para uma aproximação maior com a Comunidade Econômica Europeia, optando por um “futuro europeu”. Esta opção foi fortemente influenciada pelos socialistas portugueses, particularmente, Mário Soares (MAXWELL, 1999, p.198).

Os EUA – que no início mostraram certo alheamento em relação ao que estava acontecendo em Portugal – passam a demonstrar maiores preocupações com o processo revolucionário português, a partir de 1975. Estas preocupações não eram somente com os acontecimentos políticos em Portugal, mas também com o que estava ocorrendo nas ex-colônias portuguesas. Pode-se dizer que, de maneira semelhante à verificada com a URSS, boa parte das preocupações norte-americanas com o processo político português estava relacionada com a descolonização do Império Africano. De qualquer forma, como já assinalamos, os EUA também se preocuparam seriamente com a possibilidade de um país-membro da OTAN sair da área de influência do bloco ocidental, naquele momento de “Guerra Fria Tardia”, em plena *détente*. Isto fez com que os norte-americanos adotassem uma postura, similar à dos países da CEE, de incentivar as forças políticas de centro, como assinalou o secretário de Estado, Henry Kissinger:

A minha posição tem sido a de que sem um esforço sistemático para encorajar as forças pluralistas em Portugal, estas sairiam derrotadas. Durante algum tempo discordamos da posição da Europa Ocidental para quem as forças apoiantes do governo existente no início deste ano [1975] acabariam por impor o pluralismo. Encarei esta hipótese com ceticismo. Durante o verão a Europa Ocidental chegou à mesma conclusão. Nomeadamente que o pluralismo teria de ser ativamente encorajado (FERREIRA, 1994, p.80).

Ressalte-se, contudo: anteriormente, o próprio Kissinger já havia proposto a Soares fosse ele o “Kerensky português”, devendo atuar no sentido de conter os setores mais extremistas que ganharam espaço no de-

correr do processo revolucionário. Refletindo estas preocupações, o secretário de Estado nomeou para a Embaixada de Lisboa uma experiente equipe chefiada por Frank Carlucci III, o qual conduziu com bastante perícia os interesses norte-americanos em Portugal naquele período – na percepção de alguns observadores, em um momento em que o Departamento de Estado esteve propício a articular um golpe em Portugal para conter o processo revolucionário, ele teria evitado tal fato, argumentando que as forças não comunistas eram maioria e acabariam assumindo o controle da situação² – e teve um papel bastante importante na manutenção do alinhamento de Portugal com o “bloco ocidental”.

Assim, a normalização democrática do país após o 25 de novembro – processo este no qual Mário Soares e o PS desempenharam papel fundamental – demonstrou o acerto da linha de atuação implementada por Carlucci em Portugal. Porém, àquela altura, as atenções estadunidenses já não estavam mais voltadas para Lisboa, mas sim para as ex-colônias portuguesas – especialmente Angola – onde as forças alinhadas com a URSS tinham se tornado majoritárias e ameaçavam os interesses dos EUA e seus aliados na região.

4 O 25 DE ABRIL E A QUESTÃO COLONIAL

Se a questão colonial foi um dos fatores fundamentais para a derrocada do regime salazarista-marcellista, em Portugal, é lógico concluir que o problema da descolonização nortearia toda a discussão política nos meses seguintes ao 25 de Abril e, de fato, tal questão acabou por desempenhar papel central no cálculo político das grandes potências em relação a Portugal naquele período. O programa do MFA, divulgado em 26 de abril de 1974, e que pode ser sintetizado no lema “Democratizar, Descolonizar e Desenvolver”, estabelecia de maneira bastante vaga como seria a política ultramarina do governo provisório, que ora se implantava, ressaltando apenas que esta deveria se pautar pelos princípios de:

- a) Reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar;
- b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;
- c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.³

Indiscutivelmente, a questão africana esteve no centro do processo que culminou no 25 de Abril. E sendo esta questão tão cara ao MFA, o rumo a ser dado à descolonização tornou-se o primeiro grande ponto de discórdia entre os “Capitães de Abril” e o general Spínola após a vitória do movimento, estando esta divergência já presente na elaboração do citado programa. Naquele momento, Spínola conseguiu suprimir do texto original o trecho no qual se fazia referência ao direito das colônias à autodeterminação e onde se lia que a política ultramarina do governo provisório deveria pautar-se, entre outros pontos, pelo “claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e adoção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efetiva e larga participação das populações autóctones”.⁴ Assim, na versão final do documento, essa referência foi substituída pelos termos vagos citados anteriormente, porquanto o general continuava a insistir na sua proposta neocolonialista de formação de uma *Commonwealth*.

Mas as pressões internacionais, bem como uma posição bem clara da opinião pública portuguesa, acabam fazendo com que, em julho de 1974, o governo provisório, apesar da posição reticente de Spínola, aprove a Lei nº. 7/74, que reconhece o direito dos territórios ultramarinos à independência e à autodeterminação. Em agosto do mesmo ano, a visita do secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, a Portugal, demonstrou inequivocamente a posição da Comunidade Internacional a favor de uma solução imediata e satisfatória para o problema das colônias. A partir daí, iniciou-se o processo de definição dos interlocutores, nas colônias, com quem o processo de descolonização deveria ser negociado. Assim, a posição do MFA de reconhecer como interlocutores válidos somente os movimentos independentistas com expressão militar acabou prevalecendo e norteando, como princípio geral, a política descolonizadora dos governos provisórios que se sucedem após o 25 de Abril, embora posteriormente a ótica militar na escolha dos interlocutores tenha sido substituída pela ótica política, como no caso de Angola, onde ficou clara a preferência pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (FERREIRA, 2000). A radicalização do processo revolucionário – com a predominância dos setores mais à esquerda na composição do governo português – está no cerne desta mudança na condução do processo de negocia-

ção com as forças políticas das colônias, que acabou levando à adoção de algumas posturas e posições equivocadas por parte de Portugal. Tais equívocos contribuíram sobremaneira para o agravamento das tensões internas e para a instabilidade política de várias áreas do antigo império colonial português nos anos seguintes à descolonização, sendo os casos de Angola e do Timor-Leste os mais representativos deste processo, que acabou se demonstrando bastante distante da “descolonização exemplar” sonhada por amplos setores da sociedade portuguesa, nos primeiros meses após a Revolução dos Cravos.

REFERÊNCIAS

- LEGRE, M. O cravo e o travo. **Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, Lisboa, v. 5, p. 5, 1999.
- ALVES, M. M. Os cravos de abril. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 25 abr. 1999.
- ANDERSON, P. **Portugal e o fim do ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- BIRMINGHAM, D. **História de Portugal: uma perspectiva mundial**. Lisboa: Terra-mar, 1998. p. 231.
- CARRILHO, M. **Democracia e defesa** – sociedade, política e Forças Armadas em Portugal. Lisboa: Dom Quixote, 1994. p.39.
- FERREIRA, J. M. A mudança de regime e as reacções internacionais. In: CARRILHO, M. **Democracia e defesa** – sociedade, política e Forças Armadas em Portugal. Lisboa: Dom Quixote, 1994. p. 69.
- FERREIRA, J. M. Após o 25 de Abril. In: TENGARRINHA, J. (org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC/UNESP, 2000. p. 339.
- LINHARES, M. Y. **A luta contra a metrópole (Ásia e África)**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 104.
- MACQUEEN, N. **A descolonização da África Portuguesa: a revolução metropolitana e a dissolução do império**. Mem Martins: Inquérito, 1998. p. 91.
- MATTOSO, J. (dir.). **História de Portugal** – o Estado Novo. Lisboa: Editorial Estampa, [19—]. v. 7, p. 500.
- MAXWELL, K. **A construção da democracia em Portugal**. Lisboa: Presença, 1999. p. 78-79.
- MFA. Programa do Movimento das Forças Armadas. Coimbra: Universidade de Coimbra – Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/cd.25a>>. Acesso em: 5 abr. 2001.
- SECCO, L. **A revolução dos Cravos**. São Paulo: Alameda, 2004. p. 177.
- TENGARRINHA, J. Os caminhos da unidade democrática contra o Estado Novo. In: TENGARRINHA, J. (coord.). **A historiografia portuguesa, hoje**. São Paulo: Hucitec/Instituto Camões, 1999. p. 272.

NOTAS

¹ Tal opinião foi reiterada em entrevista a mim concedida pelo autor, em 1º de março de 2001.

² Márcio Moreira Alves, em entrevista a mim concedida em 1º de março de 2001.

³ MFA. “Programa do Movimento das Forças Armadas” (Versão Final). Documento já citado anteriormente.

⁴ Fac-símile da versão inicial do programa do MFA. In: CARVALHO, O. S. de. **Alvorada em Abril**. Lisboa: Publicações Alfa, 1991. v. 2, p. 338-341.